



**AUTARQUIA EDUCACIONAL DO ARARIPE – AEDA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
E SOCIAIS DE ARARIPINA – FACISA**



CURSO: DIREITO

DISCIPLINA: PSICOLOGIA JURÍDICA

CÓDIGO: PJ

PERÍODO: X

Nº DE CRÉDITOS: 02

CARGA HORÁRIA: 30 h/a

PRÉ-REQUISITOS:

I – EMENTA:

Noções gerais do estudo de psicologia. Aspectos psicológicos das relações humanas. Aplicação da psicologia no contexto jurídico.

II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – NOÇÕES GERAIS DO ESTUDO DE PSICOLOGIA

- 2.1.1 Objeto de estudo da psicologia e fenômenos psicológicos
- 2.1.2 Personalidade: formação e desenvolvimento
- 2.1.3 Família: representações sociais e relações afetivas
- 2.1.4 Grupos e organizações sociais
- 2.1.5 Exclusão social: importância da Psicologia para sua abordagem.

UNIDADE II – RELAÇÕES HUMANAS: ASPECTOS PSICOLÓGICOS

- 2.2.1 Percepção social
- 2.2.2 Atitudes: preconceito, estereótipos e discriminação
- 2.2.3 Comportamento: pró-social e anti-social
- 2.2.4 Justiça nas relações sociais

UNIDADE III – APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO

- 3.3.1 Homem e comportamento: a integração entre a Justiça e a Psicologia a partir das necessidades disciplinares
- 3.3.2 A Psicologia e o Direito: relações e formas de comunicação implícita e explícita. A psicologização dos discursos e das práticas jurídico-judiciais.
- 3.3.3 Norma, transgressão, desvio: noção e interdependência. Comportamentos desviantes. A disciplina social e a sanção normatizadora.
- 3.3.4 Áreas de intervenção juspsicológica:
 - 3.3.4.1 Área Cível: a vontade, a declaração e as divergências da vontade no negócio jurídico; incapacidades; responsabilidade civil por danos não patrimoniais; rupturas da convivência conjugal, poder paternal; parentalidades; mediação.
 - 3.4.2 Área Trabalhista e previdenciária: doenças profissionais; acidente de trabalho, a quebra da relação laboral; assédio moral.
 - 3.3.4.3 Área Criminal: as fases do processo de criminalização e o espaço da psicologia; a teoria da personalidade criminal.
 - 3.3.4.4 Delinquência Juvenil. A Justiça de Menores.
 - 3.3.4.5 A verdade judicial e a verdade material: divergências.

III – BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, L. (Org.). Temas de psicologia jurídica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. (Org.). Psicologia jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: NAU.

SHINE, S. (Org.). Avaliação psicológica e a lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas. São Paulo: Casa do Psicólogo.

IV – **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CAIRES, Maria Adelaide de Freitas. Psicologia jurídica: implicações conceituais e aplicações práticas. São Paulo: Vetor.

CAFFÉ, Mara. Psicanálise e direito: a escrita analítica e a função normativa jurídica. São Paulo: Quarties Latin, 2003.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau.

GROENINGA, G.; PEREIRA, R. Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago.

HURSTEL, F. As novas fronteiras da paternidade. Campinas: Papyrus.